

SITUAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

**Cel Art QEMA
ARTHUR MENDES FALCÃO FILHO**

I — INTRODUÇÃO

Inicialmente desejamos afirmar que não somos nem economista nem sociólogo. O trabalho que ousamos apresentar é o resultado de um dos estudos que fomos obrigados a realizar, quando, no período de 1969/70, cursamos o Colégio Interamericano de Defesa (CID).

Para a elaboração deste trabalho partimos da premissa de que, com a integração econômica regional, o desenvolvimento da América Latina será acelerado.

Além da premissa, consideramos como fatos os seguintes aspectos relacionados ao tema:

1. Os países da América Latina (A. L.) encontram-se em diferentes estágios do processo de desenvolvimento econômico-social.
2. O Sistema Interamericano integra vários meios e instrumentos multilaterais para conseguir o desenvolvimento da América e conta com a participação de um país não latino, mas cujo estágio de desenvolvimento o coloca entre as superpotências mundiais.
3. De um modo generalizado, os países da A. L. necessitam de financiamento externo para alcançar seus objetivos de desenvolvimento acelerado, sejam a curto, médio ou longo prazos.
4. A explosão demográfica agrava o processo de desenvolvimento dos países.

II — PRINCIPAIS CAUSAS DOS PROBLEMAS QUE AFETAM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. SOLUÇÕES A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

a — Características da Economia

Inicialmente devemos considerar algumas características da economia latino-americana que nos permitirão identificar as causas motivadoras de seus problemas fundamentais.

1) *Produtos Primários*

A maioria dos países do Continente Americano padece dos grandes males que se originam da fundamentação econômica na monocultura, cujos produtos são os principais geradores de divisas, por constituírem os elementos essenciais da exportação.

Todavia, as pragas e circunstâncias climáticas adversas a que estão expostas permanentemente produções dessa natureza, já que as monoculturas são, geralmente, do tipo agropecuário, provocam riscos na produtividade e colocam os países afetados numa constante situação de incerteza.

Os países têm procurado resolver seus problemas críticos com a produção de matérias-primas, de tipo agropecuário e mineral, o que constitui uma frente econômica muito frágil em toda a A. L., porquanto este tipo de produção sofre intensa concorrência mundial, alimentada, principalmente, pelas jovens nações africanas e pelos países asiáticos. O café no Brasil, as carnes na Argentina e no Uruguai, o cobre no Chile, a pesca industrializada no Peru, a banana no Equador e na América Central e o petróleo na Venezuela, são exemplos claros de monoculturas e de produção de matérias-primas.

Fácil é compreender que estes produtos primários estão expostos a uma soma considerável de riscos de tipo ponderável (comerciais) e imponderáveis (meteorológicos).

Sob o ponto de vista de intercâmbio, esta situação é agravada na A. L., uma vez que os produtos primários, que constituem a fonte de renda principal, são submetidos a uma série permanente de restrições, originadas por pressões dos grandes mercados internacionais, que regulam os preços de acordo com as suas próprias conveniências, sem levar em conta os interesses nacionais dos países produtores.

2) *Recursos Naturais*

Devemos, contudo, frisar que a existência de abundantes recursos naturais em exploração e, particularmente, potenciais, configuram um panorama otimista para um futuro indeterminado.

A A.L. pode ser considerada como um Continente privilegiado em tal sentido e é de se destacar que os recursos disponíveis têm um adequado grau de complementação, que pode favorecer um crescimento rápido e firme.

3) *Mercados Insuficientes*

Esta característica afeta, fundamentalmente, o processo de produção e a comercialização e é principalmente sensível seus efeitos no tocante às indústrias básicas, que normalmente requerem produções maciças e demandas acordes, para que sejam mantidos níveis de preços competitivos.

A existência de mercados insuficientes é notada, justamente, nos países de menor desenvolvimento relativo e é causa de retardo no ritmo de crescimento.

4) *Insuficiência de Capitais*

É crônica tal insuficiência, devida a níveis inadequados de poupança interna, às programações das inversões nem sempre bem estudadas e à concorrência limitada de investidores externos, face à multiplicidade de causas que não são totalmente econômicas.

A esta receita limitada e á existência de moedas fortes, devemos somar a drenagem que se produz anualmente pelo motivo da repatriação de capitais, juros de dividendos e pagamentos dos serviços da dívida externa.

5) *Estatismo*

Em grande número de países, o estado assume um papel excessivamente grande na condução econômica, que muitas vezes afeta a iniciativa e participação privadas.

Tal interferência, geralmente e preponderantemente, se manifesta nas indústrias siderúrgicas, de produção de energia, de petróleo e em algumas produções minerais.

Esta circunstância é particularmente grave, quando os problemas econômicos se subordinam aos interesses de partidos políticos no poder, afetando os fatores de produtividade através de crescimentos insatisfatórios, administrações deficientes, desconhecimento de necessidades técnicas e demagogias trabalhistas.

6) *Nacionalismo*

É uma característica destacável e em crescimento em nossos países latino-americanos, porém demagogicamente explorada por líderes que perseguem interesses pessoais e nem sempre visam aos melhores interesses nacionais.

O nacionalismo na A. L. é particularmente sensível nos itens referentes a minerais sólidos e líquidos. Em algumas ocasiões, este nacionalismo adquire aspectos ponderáveis e se constitui em saudável reação defensiva face à ação de monopólios ou de grandes organizações internacionais.

7) *Planejamento*

Nos últimos anos tem-se caracterizado por uma orientação nítida para os processos de planejamento integrado, como forma de clarear e fortalecer a metodologia do desenvolvimento econômico, mediante a fixação de normas precisas e programadas, determinação de metas e rotas a seguir, meios a utilizar e dosificação escalonada dos mesmos.

Esta característica tem-se manifestado não só na ordem interna da maioria dos países, como também, tem transcendido para a regional e continental. Em tal sentido, cabe mencionar, como exemplo, a existência da ALAIC, do Grupo Andino e do MCCA.

Os processos de planejamento econômico se tem praticado a curto, médio e longo prazos, segundo as necessidades circunstanciais.

b — Soluções a curto, médio e longo prazos

De uma forma global, podemos afirmar que a economia latino-americana padece, em seu conjunto, de uma série de debilidades baseadas em acentuadas condições de subdesenvolvimento, se comparada com a dos países anglo-saxões.

Tais condições críticas, estimulam as tensões sociais e afetam as estabilidades políticas dos países do continente, o que, em última instância incide sobre o processo de desenvolvimento econômico, gerando ou configurando um círculo vicioso.

Ao abordarmos anteriormente as características da economia, automática e simultaneamente abordamos algumas das principais causas que são fonte de distorção no processo do desenvolvimento econômico, sem todavia, concluir que eram as únicas ou as mais importantes.

Outras, tais como: *Dependência externa*, em questão de crescimento acelerado; a *deterioração dos termos de intercâmbio* e a *inflação* são acrescentadas com o fim de ampliar o panorama.

Resumidamente, abordaremos algumas sugestões de solução a curto, médio e longo prazos.

1) *Soluções a curto prazo*

Encontra-se face a uma grave encruzilhada de seu desenvolvimento, na qual as necessidades imediatas dos países não estão em condições de serem atendidas pelas possibilidades.

Aproximadamente há quinze anos, os países latino-americanos assistem, impotentes, a um decréscimo relativo de suas arrecadações referentes às exportações, em virtude das oscilações de preços no mesmo sentido.

Individualmente, os países da América, graças a incessantes esforços nacionais, apoiados em alguns casos por instituições de crédito internacional, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a AID e o BIRF, estão concluindo programas de industrialização primária e secundária com a finalidade de sair dessa situação de instabilidade provocada pela existência de monoculturas.

Por outro lado, e de um modo razoável, os países procuram realizar uma crescente substituição de importações, a fim de reduzir ou anular em parte a demanda de produtos importados.

As seguintes soluções a curto prazo têm sido propostas ou adotadas para saírem da inércia a que são submetidos pelo jogo da importação-exportação:

- a) Estabilização de preços de exportação e retribuição adequada por partes dos países industrializados importadores;
- b) Entradas, sem gravames, dos produtos de exportação da América Latina nos países desenvolvidos, sem prévia reciprocidade;
- c) Diversificação de mercados para colocação dos produtos continentais e incremento do intercâmbio regional;
- d) Acesso aos mercados de capitais dos países desenvolvidos e custo razoável do dinheiro bem como facilidades para obtenção de créditos a médio e longo prazos, para inversão em obras de infra-estrutura;
- e) Reformas nacionais internas e saneamento financeiro dos orçamentos, sistemas tributários, estruturas administrativas, regimes de propriedade, fomento, etc.

2) *Soluções a médio prazo*

O revigoramento da economia será uma função clara do êxito que poderão ter as soluções a curto prazo anteriormente citadas.

A América Latina, em conjunto, está consciente da imperiosa necessidade que existe de serem concretizadas, em fatos, as soluções referidas, como única forma de acelerar o desenvolvimento da região, num ritmo constante e seguro e com coeficientes razoáveis de crescimento, o que, de certo modo, lhe permitiria estabilizar a brecha que a separa dos países desenvolvidos, evitando o aumento constante desse fosso que se observa na atualidade.

Sob um ponto de vista puramente teórico, apresentaremos uma série de soluções tendentes a corrigir o ritmo do desenvolvimento econômico, acrescentando algumas que podem ser realizadas no próprio continente e que contam apenas com limitada participação externa:

- a) Ampliação constante e progressiva dos mercados internacionais, particularmente os oferecidos pelos países mais desenvolvidos;

b) Aceleração das correntes comerciais em ambos os sentidos, incentivadas por constantes facilidades alfandegárias e por um adequado financiamento internacional e nacional;

c) Desenvolvimento progressivo e constante da investigação tecnológica regional e intercâmbio amplo com os centros científicos e tecnológicos mais avançados do mundo;

d) Desenvolvimento de indústria de base a níveis competitivos internacionais ou, pelo menos, a custos de produção razoavelmente protegidos;

e) Desenvolvimento de políticas orientadas no sentido da manutenção de uma adequada estabilidade monetária, que permitam facilitar o comércio internacional, obter a confiança dos investidores externos e internos e que estimule a poupança interna;

f) Integração do tipo sub-regional nos aspectos econômico e geográfico;

g) Desenvolvimento intensivo da educação tecnológica e preparação, em quantidade apreciável, de mão de obra qualificada;

h) Desenvolvimento dos organismos de financiamento nacionais para a promoção do crescimento industrial a médio e longo prazos.

As soluções aventadas em "f", "g" e "h" poderão ser concretizadas com limitada ajuda externa.

3) Soluções a longo prazo

Para melhor compreensão das soluções que serão apresentadas, convencionalmente estabelecemos como *longo prazo* aqueles períodos de tempo superiores a dez anos.

Com as limitações que são óbvias, atrevemo-nos a relacionar as seguintes soluções a longo prazo:

a) Integração econômica e geográfica, em nível regional, com tendência paulatina na formação de um mercado comum latino-americano, nos moldes do Mercado Comum Europeu (MCE);

b) Incremento da produção de alimentos para atender o aumento de população, não só continental, como também para satisfazer a demanda de exportação;

c) Intercâmbio intensivo de produtos industriais, particularmente bens de capital produzidos na região;

d) Desenvolvimento constante do comércio internacional extracontinental;

e) Aumento do financiamento interno e externo para acompanhar o processo de desenvolvimento;

f) Modificação da composição das correntes de intercâmbio, balanceando os itens industriais com as matérias-primas e alimentícias;

- g) Desenvolvimento dos centros de investigação científica do continente;
- h) Distribuição eqüitativa e progressiva da riqueza entre as camadas da população;
- i) Incorporação paulatina de núcleos populacionais ao processo de desenvolvimento de uma economia de consumo, com ênfase em uma industrialização própria de suas áreas.

III — INFLUÊNCIAS DAS ESTRUTURAS EXISTENTES NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS

A América Latina encontra-se num dilema típico de um processo de desenvolvimento econômico, em sua etapa de transição, quando deve fazer frente às mudanças das estruturas residuais de uma economia primária pelas modernas, próprias de uma sociedade que se abre ao processo de industrialização, com vistas a alcançar em curto prazo o estado de economia de consumo. As estruturas antigas, apoiadas em conservantismos de tipo colonial e até históricos, se empenham em resistir às mudanças que as novas tendências exigem e que, de fato, implicam em modificações profundas que afetarão, necessariamente, as distribuições das riquezas, o acesso dos povos ao processo de desenvolvimento e a incorporação de uma dinâmica a que não estão acostumados esses setores.

É justamente nestas circunstâncias, quando se estabelece uma titânica luta entre as forças acomodadas e as pujantes diretrizes renovadoras que tendem para a modificação do "status", que as propostas de soluções aventadas anteriormente podem cristalizar-se em fatos concretos.

A primeira frente de luta que deve ser travada pelas forças do progresso se encontra dentro de cada país, o que, necessariamente, exige uma séria mudança de mentalidade e um prolongado processo educativo em todos os níveis sociais, mas que, felizmente, se está realizando, ainda que não em forma tão acelerada como seria desejada.

Por outro lado, a existência de uma economia que, generalizando-se, pode-se caracterizar como do tipo primário ou agrário constitui, também, um sério impedimento ao estímulo necessário à passagem para a etapa da industrialização, em razão de uma notável série de deficiências, provocadas justamente por tal estágio primário, como sejam: a falta de bens de capital, insuficiência de capitais para financiamento, falta de conhecimentos técnicos suficientes, escassez, qualitativa e quantitativa de mão-de-obra etc.

Todavia, não podemos desconhecer a existência de uma série de organismos de âmbito internacional que procuram ajudar a vencer essas resistências e que tendem, precisamente, a corrigir, na atualidade, as normas que servem para a formulação de políticas econômicas, de modo a torná-las mais condizentes com a realidade de cada país e de nossa época.

É agradável poder-se constatar que nos últimos anos as forças retrógradas têm sofrido sucessivas derrotas face à perseverança dos grupos mo-

dernistas e que já se pode observar alguns resultados modestos, porém importantes uma vez que traduzem uma mudança de tendências e uma definição orientadora.

As organizações referidas são: o BID, o CIES, a CEPAL, a ALALC, a AID o MCCA, o BIRF e o Grupo Andino, para citar apenas alguns dos mais importantes.

Todos esses organismos têm contribuído de alguma forma para produzir uma modificação nas estruturas econômicas existentes apoiando projetos relativos a fomento, produção de energia, saneamento, industrialização, agricultura, educação, transportes e outros.

As políticas econômicas traçadas pelos países latino-americanos têm tido um princípio de execução através da elaboração de planos e programas que cobrem períodos variáveis, segundo as necessidades imediatas ou não dos Estados do Continente, porém os êxitos até agora obtidos têm, permanentemente, sofrido oscilações variadas.

Insistimos em afirmar que a ação persistente de forças conservadoras, adornadas com mentalidade retrógrada, reforçadas por subversivos e terroristas subvencionados por países comunistas, têm-se empenhado em dificultar a marcha ascendente das gerações modernistas que desejam apressar o desenvolvimento e tirar as nações continentais do atraso crônico em que se encontram.

Outro fato de interesse e que também tem tido certa influência nos acontecimentos econômicos, tendo, inclusive, afetado as estruturas de tipo colonial que existiam em alguns países, é o programa da Aliança para o Progresso, que, apesar das frustrações que causou, deixou saldos favoráveis que ajudaram a despertar consciências adormecidas e ânsias de superação sócio-econômica.

Existem, na época atual, fundadas esperanças nas novas gerações de técnicos e sociólogos que estão voltados para a mudança das estruturas pre-valetentes nos povos do Continente e a obra que vem surgindo de suas idéias é traduzida no delineamento de políticas realistas e com objetivos razoáveis.

IV — CONCLUSÕES

A economia enfrenta um elevado número de dificuldades, próprias de suas ambições de crescimento e das condições circunstanciais em que vive o mundo atual.

A separação notável que existe entre os países industrializados, possuidores de uma economia de consumo, e os denominados "em desenvolvimento" tende a uma permanente ampliação, com visíveis prejuízos dos menos favorecidos. Dentro da América, a maioria dos países encontra-se na segunda condição, estando os E. U. A. à testa dos que integram o primeiro grupo. Este fato, evidentemente, produz conseqüências que os países latino-americanos estão procurando corrigir, através de todos os meios disponíveis, seja durante a realização de congressos econômicos internacionais ou por meio de árduas negociações bilaterais.

Os resultados obtidos ao longo da última década são alentadores e permitem abrigar esperanças de substanciais melhoras nos próximos anos. Todavia, o domínio econômico exercido, em geral, pelos países ditos "desenvolvidos", baseado na enorme capacidade que possuem de autocrescimento, impede uma negociação franca e entre iguais, gerando fracos benefícios para os países de menor potencialidade.

A América Latina, por sua vez, face a tais circunstâncias, tenta reagir, procurando reduzir a importação de bens manufaturados através do fomento industrial interno, que persegue uma crescente substituição de produtos estrangeiros de alto valor, os quais são os que incidem com maior impacto, motivando balanços comerciais desfavoráveis. Contudo, esta política econômica não frutificará adequadamente, uma vez que os mercados internos estejam deprimidos e reduzidos às classes médias superiores, que são relativamente pequenas. Em consequência, os governos têm o grave problema de urgentemente procurar ampliar os mercados nacionais de consumo, para fazerem entrar as indústrias nativas num processo de modernização e diminuição de custos de produção que tornem os artigos manufaturados em condições competitivas internacionais.

Coincidentemente com a natureza deste problema, tropeça-se com a dificuldade de se encontrar mão-de-obra com preparação atualizada em matéria de administração de grandes empresas e, por outro lado, os recursos tecnológicos são insuficientes para cooperar com os referidos propósitos.

Também a enorme taxa de crescimento percentual, que possui a população latino-americana em geral, conspira contra o incremento das rendas "per capita" e, cada vez mais, nota-se uma diminuição relativa de melhoramento em tal sentido. O crescimento econômico geral não acompanha o crescimento demográfico e gera em si uma nova brecha muito difícil de ser coberta pelos meios ou métodos econômicos convencionais.

A inflação tem sido, igualmente, um recurso muito utilizado por grande parte dos governos latino-americanos, com o fim de amenizar dificuldades financeiras internas. A criação desmedida de meios de pagamento para cobertura de deficits fiscais, para atender medidas demagógicas em função de necessidades políticas internas ou, simplesmente, por ineficiência da produção nativa, tem sido causa freqüente de processos inflacionários que, em alguns casos, têm alcançado percentagens anuais da ordem de mais de 100% e têm sido a base de crises econômicas de alguns Estados.

De um modo geral, todos os países do Continente empenham-se no desenvolvimento de planos de inversão interna de grandes alcances, porém a carência de capitais nacionais, não apoiadas pelos índices de poupanças e somados às necessidades mundiais e às tensões monetárias atuais, fazem com que as dificuldades aumentem progressivamente.

Subsidiariamente com os problemas de natureza financeira, a instabilidade política e a falta de diretrizes econômicas contribuem para

afugentar os eventuais investidores externos que poderiam colaborar com os capitais nacionais e, ao mesmo tempo, reduzir o interesse dos próprios investidores nativos que preferem enviar seus dinheiros para o exterior, em busca de zonas mais propícias e estáveis.

Muitas vezes sucede, também, que, face à disponibilidade de certos montantes em condições de serem investidos dentro dos países latino-americanos, não existe uma política corretamente projetada no sentido de canalizá-los para as áreas reprodutivas; ao invés são empregados em itens que oferecem rápida e apetitosa retribuição, os quais, porém, não são os que contribuem com propriedade para a obtenção de um progresso econômico de maior consistência e seriedade.

Como uma possível solução a esses cruciais problemas, citados ao longo deste trabalho, os países latino-americanos estudam a possibilidade de uma integração econômica em nível regional e dentro de um prazo que satisfaça as expectativas de todas as nações envolvidas. Sem dúvida alguma, a tarefa nada tem de simples já que a existência de enorme quantidade de diferenças e peculiaridades de toda natureza conspira contra o desenvolvimento de um processo rápido e efetivo. Um desses intentos foi a organização denominada ALALC que subsiste desde 18 de fevereiro de 1960 e que até esta data tem obtido alguns resultados animadores, mas que, todavia, modificou recentemente seus propósitos cronológicos, devido, justamente, a fatos como os citados. Diferenças substanciais no tocante aos níveis de desenvolvimento econômico, de políticas econômicas e monetárias, de regimes de trabalho, de custos de produção interna, de sistemas fiscais, de dimensões de mercados e de outros do mesmo estilo fazem com que as dificuldades de integração real sejam enormes, porém, há um evidente consenso dentro do Continente para superá-las com o correr do tempo, haja vista o acordo estabelecido no Protocolo de Caracas de 1969 que dilatou o prazo para que fosse obtida a integração, para o ano de 1980.

Outras experiências interessantes, em igual sentido, foram o Mercado Comum da América Central (MCCA) que existe desde 1959 e, mais recentemente, o Pacto Andino, firmado em Cartagena em 27 de maio de 1969, que se caracteriza, justamente, por tentar adequar-se à realidade econômica latino-americana. Todavia, os objetivos que podem ser alcançados nos próximos anos dependerão de circunstâncias e intenções nacionais ainda não reveladas e que seguramente oferecerão alguns escolhos aos interesses postos em jogo.

Resumindo, a economia latino-americana tem conseguido progressos de certa monta na última década e, em tal sentido, podemos anotar uns 4,5% de incremento global entre 1961/67, que não é expressão de regularidade em todos os países e tão pouco indica um crescimento satisfatório, porém de todas as formas é índice de uma intenção, de uma fé e de um desejo de alcançar realizações que possam plasmar os anseios mínimos dos povos americanos.